



CIRCULAR TÉCNICA DE INFORMAÇÃO

ADVISORY CIRCULAR

CTI 12-01 - EDIÇÃO 7

**ASSUNTO: ACORDO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A UNIÃO EUROPEIA
SOBRE A COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE REGULAMENTAÇÃO DA
SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL**

1.0 APLICABILIDADE

Esta CTI é aplicável a todas as organizações de manutenção aprovadas de acordo com a EASA Parte 145 que possuam ou pretendam uma aprovação de acordo com a FAR 145 (14 CFR Part 145).

2.0 DATA DE ENTRADA EM VIGOR

Esta CTI tem efeito a partir de 20 de janeiro de 2020.

3.0 OBJETIVO

Esta CTI tem por objetivo divulgar informação e orientações para que uma organização de manutenção certificada pela ANAC possa obter, revalidar ou alterar uma aprovação de acordo com o FAR 145 para manutenção de aeronaves e seus componentes registados nos Estados Unidos da América. As aprovações serão baseadas no “Maintenance Annex Guidance” (MAG), última revisão, segundo as condições descritas no Anexo 2 ao Acordo Bilateral entre a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América (EUA). Esta Edição 7, em particular, tem por finalidade divulgar a publicação da revisão 7 ao MAG, cuja data de entrada em vigo é **17 de fevereiro de 2020**.

4.0 DESCRIÇÃO

4.1 Introdução

4.1.1 O Acordo entre a UE e os EUA foi assinado oficialmente em março de 2011, e tornou-se efetivo a partir de 1 de maio de 2011. Este Acordo sobrepõe-se a Acordos bilaterais existentes entre alguns Estados Membros e os Estados Unidos. O Acordo e os seus Anexos poderão ser consultados através da página da EASA na internet, <http://www.easa.europa.eu/document-library/bilateral-agreements/eu-usa>.

4.1.2 O objetivo do Acordo em matéria de segurança na aviação é o de estabelecer harmonização, uniformização e cooperação entre a UE e os EUA. Na Europa, a EASA será responsável pela gestão e supervisão da sua implementação e nos Estados Unidos essa tarefa foi atribuída ao FAA.

4.1.3 Numa fase inicial, o Acordo reconhece a competência de cada uma das partes em termos de projeto, certificação e manutenção de aeronaves dentro das suas estruturas legislativas.

4.1.4 Reconhecendo que se mantêm algumas diferenças entre os requisitos europeus e os dos EUA, o Acordo permite a aceitação da certificação de aeronaves, componentes, equipamento, modificações e reparações, minimizando a duplicação de esforços associados às mesmas por ambas as partes. Este Acordo permite às Autoridades Aeronáuticas europeias aprovar e supervisionar as organizações de manutenção aprovadas FAR 145, utilizando como base as aprovações EASA Parte 145.

4.2 Anexos ao Acordo

4.2.1 Anexo 1- Certificação

O Anexo 1 ao Acordo abrange assuntos de Certificação, detalhados no TIP (Technical Implementation Procedures). O TIP prevê o reconhecimento geral da

forma como a UE e os EUA concebem o projecto, fabricação, modificação e reparação de aeronaves e seus componentes. Uma vez que a EASA é a Autoridade responsável pela certificação na União europeia, espera-se que esta publique mais informações relativamente aos assuntos abrangidos pelo anexo 1.

4.2.2 Anexo 2 – Manutenção

O Anexo 2 ao Acordo abrange assuntos relacionados com a manutenção de aeronaves e seus componentes. Este estabelece orientações para que as organizações de manutenção aprovadas pelo FAA no território dos Estados membros da UE deixem de ser diretamente supervisionadas pelo FAA, passando a sua supervisão a ser efetuada pela Autoridade Competente do respetivo Estado Membro.

Esta situação só é possível para organizações de manutenção FAR 145 que possuam simultaneamente uma aprovação EASA Parte 145 válida, e, cujas instalações sejam num Estado Membro. As organizações que não possuam um certificado EASA Parte 145 válido continuarão a ser supervisionadas diretamente pelo FAA.

A supervisão será efetuada pela Autoridade Competente do Estado Membro, e centralizar-se-á na supervisão que já é feita para verificação do cumprimento dos requisitos EASA, bem como nas Condições Especiais necessárias para cumprir com os requisitos FAR. As diferenças deverão estar descritas no Suplemento ao MOM associado à certificação EASA Parte 145. As auditorias às organizações EASA Parte 145 serão tidas como crédito para satisfação do FAA sobre o cumprimento dos requisitos por parte da organização. Esta situação permitirá reduzir a supervisão anterior em que os requisitos EASA e FAA eram auditados independentemente, mesmo nas partes semelhantes.

5.0 IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO BILATERAL

5.1 A ANAC concluiu com o FAA o processo de transferência em Junho de 2012 para as organizações de manutenção que possuíam à data do Acordo a certificação FAR 145.

5.2 De forma a assegurar que o âmbito de aprovação dos certificados se mantenha válido, as organizações deverão solicitar a revalidação dos seus certificados, 12 meses após a certificação inicial e a cada período de 24 meses, posteriormente.

O processo para revalidação deverá ser submetido à ANAC, com uma antecedência mínima de 90 dias à data em que o certificado expira. O processo não deverá, em nenhuma circunstância, ser entregue com uma antecedência inferior a 60 dias.

Do processo de revalidação deverá constar o seguinte:

1. Requerimento FAA Form 8310-3;
2. Declaração/Documento confirmando a necessidade da aprovação; e
3. Suplemento FAA ao MOM, se alterado desde a última certificação.

Ao solicitar a revalidação, as organizações deverão assegurar que o seu suplemento ao Manual da Organização de Manutenção (MOM), permanece atualizado, refletindo os procedimentos e atividades em vigor. Quaisquer alterações aos procedimentos e atividades carecem de revisão ao suplemento e o seu posterior envio à ANAC para aprovação.

O conteúdo do Suplemento deverá obedecer ao descrito no MAG, Secção C, Apêndice 1, disponibilizado na internet no sítio da EASA (MAG, última revisão).

5.2.1 A carta da organização de manutenção requerente, confirmando oficialmente que os seus empregados, contratados e subcontratados tiveram formação no transporte de mercadorias perigosas de acordo com os padrões da ICAO. (Este requisito apenas é aplicável, se a organização de manutenção estiver

envolvida no transporte de mercadorias perigosas, incluindo a sua expedição e receção. Deverão ser enviadas cartas atualizadas em cada revalidação e alteração do certificado.)

Nota: Se a AMO não estiver envolvida no transporte de mercadorias perigosas, deve, da mesma forma, emitir uma declaração, confirmando que não se encontra envolvida no transporte de mercadorias perigosas.

5.2.2 A organização de manutenção deverá também remeter à ANAC todas as alterações efetuadas que afetem os elementos descritos no Apêndice 4 ao MAG, Secção C – “FAA SAS Vitals information”.

5.3 Durante as auditorias normais programadas à organização de manutenção aprovada, a ANAC irá verificar as Condições Especiais FAA e o cumprimento do suplemento FAA ao MOM.

5.4 Se forem detetadas não conformidades no requerimento para revalidação ou durante a auditoria, estas serão registadas no *Audit Report 2* Parte 2, que será enviado, por escrito, à organização de manutenção juntamente com os impressos de controlo individual de N/C's (ANAC NC CO). A organização de manutenção deverá enviar à ANAC um plano de ações corretivas aceitável, previamente à emissão da recomendação para revalidação.

5.5 A ANAC fornecerá uma cópia dos seus registos de auditoria e quaisquer recomendações ao FAA.

5.6 Após conclusão das suas ações, o FAA enviará à organização de manutenção e ao ANAC, por *e-mail*, uma cópia assinada do certificado e do “Operations Specifications”.

5.7 A organização de manutenção deverá assinar e datar o “Operations Specifications” e remeter uma cópia assinada, por *e-mail*, ao FAA e ao ANAC.

6.0 PROCEDIMENTO PARA NOVAS APROVAÇÕES FAR 145 EM PORTUGAL

6.1 A Organização que necessite de uma aprovação de acordo com o código 14 CFR Part 145, deve apresentar à ANAC um pedido preliminar, especificando o âmbito de aprovação FAR 145 pretendido.

6.2 Assumindo que as atividades a desenvolver justificam a concessão da aprovação, o requerente deverá, à posteriori, submeter à aprovação da ANAC, os seguintes documentos:

- a) Uma declaração de intenções, pré-requerimento (FAA Form 8400-6);
- b) "FAA SAS vitals Information" (Apêndice 4 ao MAG).

A ANAC notificará, por escrito, a organização requerente do número de pré-certificação para ser incluído na futura correspondência para efeitos de rastreabilidade.

Após esta fase inicial, a organização requerente deverá enviar à ANAC o pedido formal, contendo o seguinte:

- a. Requerimento para Certificação de Organização de Manutenção e/ou Âmbito contendo a lista de funções de manutenção (de acordo com o apêndice 3 da Secção C) (FAA Form 8310-3), <http://faa.gov/forms>;
- b. Uma declaração de necessidade. O FAA requer um documento atualizado em cada revalidação;
- c. Suplemento FAA ao MOM (Apêndice 1 à secção C ao MAG);
- d. Uma carta atestando que os seus empregados, contratados e subcontratados receberam formação no transporte de mercadorias perigosas de acordo com os padrões da ICAO. Este requisito apenas é aplicável nos casos em que as organizações de manutenção estão envolvidas no transporte de mercadorias perigosas, incluindo a sua expedição e receção. Quando não aplicável, a organização requerente deverá cumprir com a nota do parágrafo 5.2.1 da presente CTI.

- e. As moradas de todas as instalações permanentes adicionais localizadas num território da UE listado no Anexo 2 do Apêndice 2 do Acordo.
- f. As moradas das autorizações das estações de linha, se aplicável, e o nome da transportadora ou operador de aeronaves de registo americano.
- g. Cópia do certificado EASA Form 3, incluindo o âmbito de aprovação.

6.4 Após análise satisfatória da documentação, a ANAC efetuará uma auditoria para verificação da conformidade da Organização com os requisitos da EASA e Condições Especiais do FAA, utilizando o *Audit Report 2*.

6.5 Caso a organização de manutenção tenha sido auditada com êxito pela ANAC 180 dias/6 meses antes da data para a emissão da recomendação a enviar ao FAA para certificação, poderá não ser necessário a verificação do cumprimento dos requisitos EASA durante a auditoria. No entanto, a auditoria para a verificação das Condições Especiais e suplemento FAA terá que ser sempre efetuada.

6.6 O procedimento a seguir após auditoria será o descrito nos parágrafos 5.4 a 5.7 atrás.

7.0 PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DA APROVAÇÃO FAR 145

7.1 As situações seguintes carecem do envio à ANAC, de requerimento, FAA Form 8310-3, para alteração do certificado de organização de manutenção:

1. Alteração nas instalações que possam afetar o certificado e/ou o “operations specifications”;
2. Inclusão ou exclusão de um âmbito;
3. Mudança de proprietário ou de nome.

7.2 Para qualquer alteração que tenha impacto no OpSpecs, deverá a organização assegurar que seja cumprido o prazo estabelecido na secção C do MAG.

- 7.3 Após análise satisfatória da documentação, a ANAC efetuará uma auditoria para verificação da conformidade da Organização com os requisitos da EASA e Condições Especiais do FAA, utilizando o Audit Report 2.
- 7.4 O procedimento a seguir após auditoria será o descrito nos parágrafos 5.4 a 5.7 atrás.
- 7.5 A organização de manutenção deverá também remeter à ANAC todas as alterações efetuadas que afetem os elementos descritos no Apêndice 4 da Secção C do MAG - "FAA SAS Vitals information".

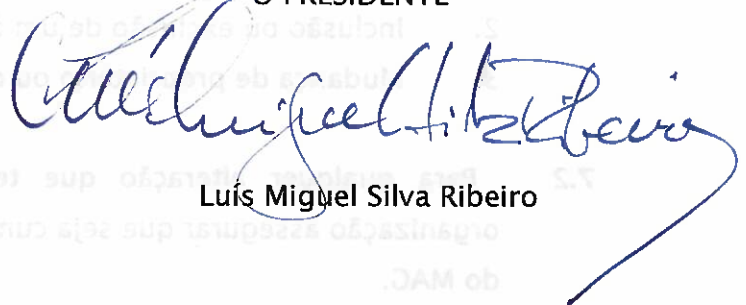
8.0 REFERÊNCIAS

- Acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a cooperação em matéria de regulamentação da segurança da aviação civil;
- MAG ("Maintenance Annex Guidance").
- Sítio da EASA na internet: www.easa.eu.int
- Sítio do FAA na internet: <http://www.faa.gov/forms>.

9.0 OBSERVAÇÕES

A presente CTI anula e substitui a CTI 12-01, Edição 6.

O PRESIDENTE



Luís Miguel Silva Ribeiro

EDIÇÃO 7 DE 20 DE JANEIRO DE 2019



AUTORIDADE NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL

DSO

DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E PRODUÇÃO

1. CIRCULAR TÉCNICA DE INFORMAÇÃO N.º 12/01

DATA DE EMISSÃO 20/01/2020

EDIÇÃO N.º 7

2. ASSUNTO:

Acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a cooperação em matéria de regulamentação da segurança da aviação civil.

3. ANULA E SUBSTITUI N.ºs CTI 12/01, Ed. 6; _____; _____;

4. JUSTIFICAÇÃO:

A presente edição tem por objetivo a sua atualização em conformidade com a revisão 7 ao MAG de 18 de novembro de 2019.

DATA: 20/01/2020

O TÉCNICO

(Rubrica e carimbo)

5. Parecer do Chefe do Departamento
MNP

20/01/2020

(Rubrica e carimbo)

6. Parecer do Diretor DSO

está concordo
e considera-se aprovado

20/1/2020

(Rubrica e carimbo)

